



**PAUTA
PARA A 11ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 21 DE FEVEREIRO DE 2013**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 46, de 2013, de autoria do deputado Dilador Borges. Altera o "caput" do artigo 14 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

2 - Projeto de lei nº 47, de 2013, de autoria do deputado Fernando Capez. Proíbe o uso de comandas e cartões de consumo como forma de controle do consumo dos clientes em casas noturnas, estabelecimentos de shows e afins, e a utilização de shows pirotécnicos sem a prévia autorização do corpo de bombeiros.

3 - Projeto de lei nº 48, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa de Santo Antônio no município de Presidente Prudente.

4 - Projeto de lei nº 49, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza a criação de Salas de Música devidamente equipadas nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.

5 - Projeto de lei nº 50, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura a reserva de ingressos pelo valor de meia-entrada para estudantes, idosos, desempregados e aposentados nos eventos da Copa do Mundo.

6 - Projeto de lei nº 51, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece prazos para atendimentos pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo - DAME.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Fica assegurado aos Diretores de escola, Coordenadores pedagógicos e Supervisores Escolares titulares de cargo o direito à aposentadoria especial do magistério.

2 - Projeto de lei Complementar nº 3, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Revoga a Lei Complementar nº 1.093, de 2009.

3 - Projeto de lei nº 38, de 2013, de autoria do deputado Carlos Neder. Estabelece percentual mínimo do total das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos anuais do Estado de São Paulo a gastos com publicidade e propaganda a ser aplicado em programas de educação para a saúde.

4 - Projeto de lei nº 39, de 2013, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Proíbe a distribuição de material publicitário não oficial em postos de pedágio.

5 - Projeto de lei nº 40, de 2013, de autoria do deputado Carlos Neder. Proíbe a cobrança de qualquer valor ou taxa por maternidades públicas e particulares, para permitir que o pai, outro familiar ou acompanhante de parturiente assista ao acolhimento, trabalho de parto, parto e pós- parto imediato, bem como para o exercício do direito da mãe ao Alojamento Conjunto instituído pelo art. 10 da Lei Federal nº 8069, de 1990.

6 - Projeto de lei nº 41, de 2013, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Institui o "Dia Estadual do Ovo".

7 - Projeto de lei nº 42, de 2013, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dá a denominação de Prefeito "Waldemar de Brito Simão" ao Conjunto Habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU do Bairro da Cachoeira, em Santa Isabel.

8 - Projeto de lei nº 43, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica como Estância Turística o município de Santo Antônio do Aracanguá.

9 - Projeto de lei nº 44, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Emilia Mendes Neves" ao trevo de acesso da cidade de Nhandeara, situado no km 509 + 445 metros da Rodovia Feliciano Salles da Cunha - SP 310, em Nhandeara.

10 - Projeto de lei nº 45, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Percides Angelotti" ao viaduto situado no km 174 + 340 metros da SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand, em Guapiaçu.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 37, de 2013, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Autoriza o governo do Estado a implantar a Olimpíada Paulista de Matemática.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 32, de 2013, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Amigos do Caminho da Fé", em Águas da Prata.

2 - Projeto de lei nº 33, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Andre Hernandez" ao viaduto situado no km 176 + 100 metros da SP 425 - Rodovia Assis Chateaubriand, em Guapiaçu.

3 - Projeto de lei nº 34, de 2013, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes pública e privada de saúde, das ocorrências envolvendo embriaguez e/ou consumo de drogas por criança ou adolescente, na forma que especifica.

4 - Projeto de lei nº 35, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Dispõe sobre a proibição de novas aquisições de ônibus com motor dianteiro para operar no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de São Paulo.

5 - Projeto de lei nº 36, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo urbano intermunicipal no Estado de São Paulo.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 29, de 2013, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Manfredo Bueno Pádua" ao dispositivo de acesso SPA 463/310, situado no km 463+450 metros da Rodovia Feliciano Salles da Cunha - SP 310, em Neves Paulista.

2 - Projeto de lei nº 30, de 2013, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão dos dados cadastrais nas faturas enviadas ao consumidor pelas empresas prestadoras de serviços públicos do Estado.

3 - Projeto de lei nº 31, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara o Município de Dois Córregos "Capital da Poesia".

4 - Moção nº 3, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal a fim de que determine aos órgãos competentes que o Tribunal de Justiça do Estado seja ressarcido das despesas suportadas em razão dos cerca de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) processos que tramitam em suas varas por consequência da delegação de competência da Justiça Federal.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 150, de 2011, de autoria da deputada Rita Passos. Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado, incluindo as entidades paulistas de Educação sem finalidades lucrativas, nos benefícios do programa. Parecer nº 116, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

1ª Sessão

Proposta de emenda nº 1, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Acrescenta § 3º ao artigo 94.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 36, de 2011, de autoria do deputado Beto Tricoli e outros. Aplauda a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, pelo exemplo de luta e defesa do meio ambiente e do Código Florestal Brasileiro.

2 - Moção nº 72, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que o Ministério da Saúde realize estudos e tome as devidas providências no sentido de que o SAMU venha atender universalmente todos os pacientes que necessitam da prestação de serviços, ou seja, pacientes que possuem convênio particular e também os que não possuem.

3 - Moção nº 99, de 2012, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que não seja apreciado o pleito do IBAMA visando a ampliação da lista de espécies da fauna silvestre que poderão ser criadas e comercializadas como animais de estimação.

3ª Sessão

1 - Moção nº 66, de 2012, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Apela para a Sra. Presidente da República e aos Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a fim de que elaborem estudos e tomem urgentes providências no sentido de incluir na Lei federal nº 7.102, de 1983, e no Decreto nº 89.056, de 1983, a equiparação salarial dos vigilantes bancários que trabalham nas agências com o piso salarial e as vantagens dos vigilantes de transporte de valores.

2 - Moção nº 71, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes partidários, a fim de que sejam peremptoriamente rejeitadas quaisquer proposições que visem à revogação da exigência do Exame de Ordem, para qualificação do exercício aos Bacharéis de Direito, assim como a alteração de processo de eleição dos membros da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

3 - Moção nº 81, de 2012, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que os Projetos de lei nºs 4302/1998 e 4330/2004, que conduzem à precarização das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados, não sejam aprovados.

4 - Moção nº 83, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes

partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei do Senado nº 652, de 2011, que estabelece a redução do tempo de aposentadoria dos garçons, maitres, cozinheiros e confeitores para 25 anos, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

5 - Moção nº 84, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os demais membros do Congresso Nacional, para que adotem urgentes e prontas providências no sentido de deliberar o Projeto de lei nº 710, de 2011, que regulamenta o direito de greve do serviço público, previsto no inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal.